

RL INFORMÁTICA
RUA MARECHAL DEODORO, 300, ENCRUZILHADA
RECIFE – PE
(81) 3204.1926
(81) 7331-1521
comercial@rlcomercio.com.br
www.rlcomercio.com.br



Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e respectiva equipe de apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

Ref.: RECURSO ADMINISTRATIVO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025

A empresa RL INFORMÁTICA LTDA, devidamente qualificada nos autos do certame em epígrafe, doravante “Recorrente”, vem tempestiva e mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nas disposições pertinentes do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe; nos incisos X, XI, e XV e XVI do artigo 4º da Lei nº 10.520/02; e, ainda, no artigo 44 do Decreto nº 10.024/19, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que consagrou a licitante CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA, doravante “Recorrida”, arrematante dos itens 01, 02 e 03 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, valendo-se a Recorrente das suficientes razões de fato e de Direito delineadas a seguir.

DO MÉRITO

Em apertada síntese, trata-se de procedimento licitatório instaurado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, na modalidade “Pregão”, forma “Eletrônica”, tipo/critério de julgamento “menor preço” “por lote”, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos de informática, conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas no Edital epigrafo e em seus anexos, mormente o Termo de Referência.

Eis que Vossa Senhoria, ilustre Pregoeiro(a), procedeu com a consagração do licitante CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA como arrematante dos itens 01, 02 e 03 do Termo de Referência e está em vias de prosseguir para com os procedimentos pertinentes à adjudicação do aludido licitante.

Data máxima vênua, Ilustre Sr.(a) Pregoeiro(a), tal decisão não merece nada além do que o seu pronto afastamento. Isto porque, o aludido licitante não logrou êxito em cumprir as regras estabelecidas pelo Edital, no que diz respeito ao atendimento das especificações técnicas previstas no Termo de Referência que consubstancia o edital.

DO NÃO ATENDIMENTO ÀS CONFIGURAÇÕES DEMANDADAS

O fornecedor em questão, quando da convocação para envio de proposta vencedora para os itens 01, 02 e 03, assim o fez, ofertando o computador Positivo C6400 com processador Intel Core i5-13400t. Além da proposta foram apresentados alguns documentos técnicos do equipamento.

Ocorre que o termo de referência que consubstancia o edital requisita que a BIOS deverá permitir a inserção de um registro de controle patrimonial, de, pelo menos, 10 (dez) caracteres, em memória não volátil.

4.12.5.12 O BIOS deverá permitir a inserção de um registro de controle patrimonial de, pelo menos, 10 (dez) caracteres, em memória não volátil.

Imagem 1 – Extrato do termo de referência - IFSE

Contudo, após análise da proposta da recorrida, verifica-se que o modelo Positivo C6400 ofertado não atende a esse quesito, contrariando o que prescreve o termo de referência, o que consequentemente se torna critério obrigatório do edital.

Portanto, por ter a licitante CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA apresentado proposta INCOMPATÍVEL com o objeto dessa licitação e, em evidente descumprimento às exigências editalícias em comento, a eventual decisão de adjudicação dos itens 01, 02 e 03 em seu benefício perpetraria feridas de morte às máximas principiologicais licitatórias, mormente as do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da isonomia.

Destaca-se o fato de que todos os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal, in verbis:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Nessa esteira, eventual adjudicação indevida do item consolidaria evidente violação às disposições normativas de caráter editalício, legal e principiológico a regerem o presente certame. Outrossim, vejamos o que diz o artigo 2º do Decreto nº 10.024/19 (o novo regulamento federal do Pregão Eletrônico), que dispõe, in verbis:

“Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Pertinente ilustrar o entendimento do Judiciário:

“EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA – CONCORRÊNCIA – NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – AUSÊNCIA DO 'FUMUS BONI IURIS' – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O princípio da vinculação ao edital impõe que a Administração e os licitantes respeitem as normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 2. Evidenciado que o licitante descumpriu exigências previstas no edital, bem assim que estas não são ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade, sua desclassificação do certame é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 3. Agravo de Instrumento não provido. (TJMS - AI: 14049893020188120000 MS 1404989-30.2018.8.12.0000, Relator: Des. Alexandre Bastos, Data de Julgamento: 20/03/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/03/2019).”

Não menos importante, o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU), in verbis:

“Atente, quando da análise das propostas, para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, abstendo-se de aprovar propostas desconformes com o edital. TCU – Acórdão 2406/2006 – Plenário”

Por todo o exposto, resta claro que a empresa Recorrida participou do pregão em manifesto descumprimento às exigências editalícias, no que diz respeito especificações técnicas do item ofertado.

DOS PEDIDOS

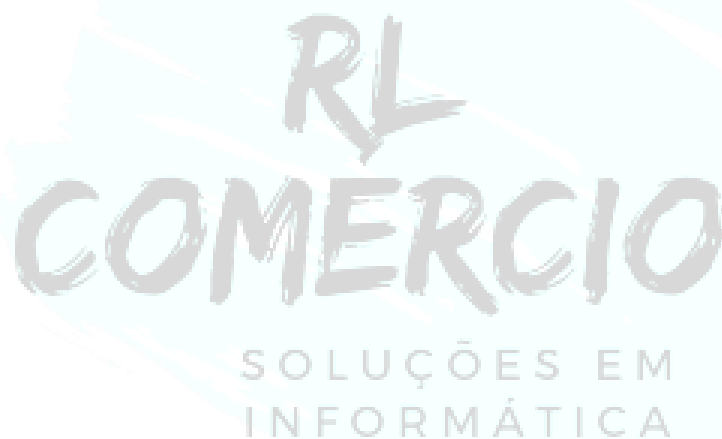
1. Ante as razões expostas in supra, a Recorrente roga que Vossa Senhoria reconsidere o decisum, de forma a proceder, por via de consequência, à desclassificação e inabilitação do licitante CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA, de forma que se proceda, consequente e subsequentemente, ao chamamento do ranking de classificação.
2. Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Recife, PE, 08 de abril de 2025.

RUAN PEDRO TAVARES BARBOSA DE LIMA

Diretor

A faint, light blue brushstroke graphic serves as a background for the company logo. The logo itself is centered and consists of the letters 'RL' in a large, bold, sans-serif font. Below 'RL' is the word 'COMERCIO' in a larger, bold, sans-serif font. Underneath 'COMERCIO' are the words 'SOLUÇÕES EM' and 'INFORMÁTICA' stacked vertically in a smaller, all-caps, sans-serif font.

RL
COMERCIO
SOLUÇÕES EM
INFORMÁTICA